

Ford Foundation New York, N.Y.

SAÚDE REPRODUTIVA: UMA ESTRATÉGIA PARA OS ANOS 90

**Condensado do Relatório de 1990 elaborado
pelo Dr. José Barzelato e Margaret Hempel**

PREFÁCIO

A Fundação Ford tem tido um longo interesse em problemas relacionados com população e desenvolvimento. Após uma extensa revisão do trabalho da Fundação no campo populacional, o Quadro de Conselheiros aprovou recentemente um orçamento de U\$ 125 milhões para um período de dez anos com a finalidade de reorganizar um programa que fará dos direitos reprodutivos sua peça central, e enfatizará os fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam a saúde reprodutiva.

Este relatório descreve as principais características deste novo programa, que abrange um trabalho a ser realizado em três diferentes áreas:

- A. Pesquisa e treinamento em Ciências Sociais para expandir o conhecimento sobre os fatores sócio-econômicos e culturais que afetam a saúde reprodutiva.
- B. Projetos que ajudarão as mulheres a articular ações relativas às suas necessidades em saúde reprodutiva tanto no nível familiar como comunitário e político.
- C. Debate público destinado ao desenvolvimento de novos esquemas éticos e legais em saúde reprodutiva apropriados para a cultura e as tradições de diferentes sociedades.

Este relatório está sendo publicado para uma audiência mais vasta na esperança de que outros doadores possam juntar-se a nós no financiamento desta abordagem abrangente da saúde reprodutiva.

Os principais autores deste trabalho são José Barzelato, M.D., ex diretor do Programa de Reprodução Humana da Organização Mundial da Saúde, que está agora dirigindo nosso novo programa de saúde reprodutiva, e Margaret Hempel, funcionária do programa de saúde reprodutiva.

O CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Durante os últimos quarenta anos o mundo testemunhou um crescimento populacional sem precedentes, passando de 2,5 bilhões em 1950 a 5,3 bilhões em 1990. A maior parte deste crescimento ocorreu em países em desenvolvimento. Na ausência de declínios significativos de fertilidade e com a sobrevivência de um maior número de crianças, a população de muitos países em desenvolvimento continua a crescer rapidamente. Como resultado, a população mundial está agora aumentando de 91 milhões de pessoas por ano. Este crescimento continuará a uma taxa um pouco menor no vigésimo primeiro século antes de nivelar-se em um patamar estimado de 11 bilhões de pessoas. A maior parte deste crescimento ocorrerá entre os países pobres do mundo, 94% em países em desenvolvimento. Estima-se que a Europa crescerá em apenas 6 milhões de 1990 até o ano 2000, a partir do qual decrescerá em torno de 22 milhões nos vinte e cinco anos seguintes.

O rápido crescimento da população mundial resultou em um aumento maciço do número de pessoas que vivem na pobreza. O aumento do número de crianças reduz a capacidade das famílias e das sociedades como um todo de produzir alimento, vestuário, habitação, educação e cuidados de saúde. Os jovens encontrarão dificuldade para trabalhar em sociedades onde a oferta de emprego se tornará reduzida.

Durante a década de 50 e 60, em resposta a uma crescente preocupação em relação ao aumento do número absoluto de pessoas no mundo, as fundações privadas financiaram a pesquisa e o desenvolvimento de políticas e serviços destinados a reduzir as taxas de crescimento populacional. Nos anos 70 as Nações Unidas e outros países em desenvolvimento, movidos pelas mesmas preocupações, começaram a atuar neste campo e no fim dos anos 80 praticamente todos os governos passaram a adotar políticas populacionais, na maioria dos casos com o objetivo de reduzir o crescimento populacional.

As primeiras políticas populacionais foram baseadas na "*transição demográfica*" que se seguiu à revolução industrial ocorrida na Europa e nos Estados Unidos. À medida que a duplicação da população mundial ia sendo documentada no final dos anos 50, os países em desenvolvimento viram-se diante de taxas de crescimento e aumentos absolutos de população muito acima daqueles vivenciados pela Europa. Como resposta a estes desenvolvimentos, aqueles que se preocupavam com as conseqüências do rápido crescimento populacional buscaram caminhos para incentivar a adoção de padrões de famílias menores nos países de elevada fertilidade.

No início dos anos 60 os primeiros contraceptivos modernos, - as pílulas e os dispositivos intra-uterinos (DIUs) -, foram desenvolvidos. Os novos contraceptivos foram considerados mais seguros e mais efetivos dos que os métodos contraceptivos tradicionais. Uma vez que os países industrializados haviam alcançado tamanhos menores de família sem o uso dos modernos contraceptivos, pensava-se que o aumento da oferta dos novos métodos médicos iria acelerar a transição demográfica nos países em desenvolvimento.

A escassez de dados e análises demográficas, especialmente nestes países, conduziu a Fundação Ford, e subsequentemente outros doadores, a conceder fundos substanciais para o estabelecimento de centros de estudos de graduação em demografia, primeiro nos Estados Unidos e logo depois nos países em desenvolvimento. A melhor compreensão, tanto das causas como das conseqüências do rápido

crescimento populacional mostrou-se crítica para o desenvolvimento de num amplo consenso em relação à necessidade de reduzir tal crescimento. Ao mesmo tempo em que a disciplina da demografia se desenvolvia, a pesquisa em contraceptivos realizava avanços consideráveis. Aqui também a Fundação Ford desempenhou um papel de liderança na promoção da pesquisa e na motivação de outros doadores. Encorajados pelo desenvolvimento da pílula e dos DIUs nos anos 60, os pesquisadores e doadores concentraram-se na descoberta de novos e melhores métodos contraceptivos. Como resultado, há mais, e muito mais seguros, contraceptivos disponíveis atualmente do que vinte e cinco anos atrás.

Enquanto a pesquisa demográfica e o desenvolvimento contraceptivo avançavam nas instituições acadêmicas e nas pesquisas dos laboratórios, havia, nos países em desenvolvimento, todo um esforço paralelo para fornecer serviços de planejamento familiar, especialmente para as mulheres. As taxas de uso de contraceptivos evidenciam uma correlação com as mudanças dos padrões de fertilidade. Nos anos 50 até a metade dos anos 60 as estatísticas de fertilidade mostram poucas variações nos países em desenvolvimento. No final dos anos 80, após diversas décadas de esforços de planejamento familiar, de aumento no uso de contraceptivos e de mudanças econômicas e sociais, a maioria dos países latino-americanos e asiáticos experimentou um decréscimo de 25% em suas taxas de fertilidade. Em contraste, a África sub-saariana e os países árabes, com menores taxas de uso de contraceptivos, e menor sucesso em seu desenvolvimento geral, continuam a mostrar uma pequena mudança de fertilidade.

Na análise da contribuição dos programas de planejamento familiar no declínio da fertilidade dos países em desenvolvimento torna-se difícil separar o efeito da maior oferta de contraceptivos de um número de mudanças sociais e econômicas que ocorreram simultaneamente. Por exemplo, a mortalidade infantil caiu para a metade, a expectativa de vida aumentou em dezessete anos, o analfabetismo diminuiu 19 pontos percentuais (o feminino diminuiu 16 pontos), e a educação primária e secundária aumentou 21 pontos percentuais (a feminina aumentou 25 pontos). Estima-se que estes melhoramentos na qualidade de vida, mesmo nos níveis modestos aqui descritos, sejam responsáveis por uma influência independente sobre a adoção de métodos de planejamento familiar. Uma tentativa para quantificar o efeito relativo da parcela devida aos melhoramentos sócio-econômicos e da parcela devida aos programas de planejamento familiar no declínio da fertilidade mostrou que quase 60% deve ser associado às variáveis sócio econômicas, e pouco mais dos restantes 40% ao planejamento familiar. Passou-se a questionar, portanto, se apenas a promoção da oferta de contraceptivos e serviços estritos de planejamento familiar poderia criar um aumento sustentável no uso de contraceptivos. Em muitos países este uso havia-se nivelado em índices que ainda favoreciam um rápido e contínuo crescimento populacional. Ademais, muitas pessoas decidiam não limitar seu crescimento populacional, mesmo se os contraceptivos estivessem disponíveis.

A PREOCUPAÇÃO PELA QUALIDADE DE VIDA.

As últimas duas décadas testemunharam um crescimento dos movimentos feministas e uma grande preocupação na sociedade como um todo por aquilo que frequentemente é chamado de "*qualidade de vida*". Esta preocupação foca-se na redução da iniquidade e da discriminação e na divulgação da clara discriminação contra as mulheres quando o seu status depende de sua capacidade de gerar filhos. Nos anos 80 um entendimento mais profundo das complexidades do processo pelo qual as pessoas tomam decisões reprodutivas e destas conseqüências para toda a família começou a mudar o

esquema conceitual a partir do qual as políticas populacionais era discutidas. O reconhecimento de uma discriminação histórica contra as mulheres em muitos aspectos de suas vidas conduziu a um entendimento mais amplo de que o status das mulheres é um fator chave na sua capacidade e motivação de controlar sua fertilidade. Em grande parte do mundo, as mulheres têm maior probabilidade de serem desnutridas, pobres e analfabetas do que os homens. Têm também menos oportunidades de obter remuneração e menos acesso aos cuidados de saúde e à educação. Nos países em desenvolvimento as mulheres estão cada vez mais entrando para o mercado de trabalho remunerado, mas a maioria permanece em empregos de elevada segregação e baixos salários. Estes fatores influenciam a percepção de segurança pessoal e conseqüentemente afetam suas decisões reprodutivas. As famílias numerosas são vistas freqüentemente como fonte de segurança social e econômica.

Em muitas sociedades, entretanto, as mudanças nas condições sociais e econômicas e o melhoramento das oportunidades para as mulheres têm contrariado os incentivos tradicionais para maiores famílias. A correlação mais constante verifica-se entre a educação da mulher e o menor tamanho familiar. Estima-se que o melhoramento da educação feminina, à medida que outras oportunidades tornam-se disponíveis, motiva o desejo por um menor tamanho familiar. Estas descobertas trazem à luz o fato de que uma melhor saúde reprodutiva está estreitamente inter-relacionada com o status das mulheres. Segundo um trabalho publicado sobre política populacional e saúde da mulher,

"as mulheres devem ser capazes de alcançar status social e dignidade, administrar sua própria saúde e sexualidade, e exercitar seus direitos básicos na sociedade em parceria com os homens..."

[Adrienne Germain and J. Ordway: Population Control and Women's Health: Balancing the Scales. International Women's Health Coalition, June 1989]

Entretanto, é claro que muitas mulheres são impedidas de alcançarem este status por causa de normas legais, sociais e culturais. Enfrentar estes problemas envolve temas tão delicados como uma educação sexual precoce e mudanças no papel e no status da mulher na sociedade, tópicos que muitos governos e agentes da saúde preferem evitar.

Em novembro de 1989 o ***"Fórum Internacional sobre População no Vigésimo Primeiro Século"***, realizado em Amsterdã e patrocinado pelo Fundo de Atividades Populacionais das Nações Unidas, em seu documento conclusório, intitulado ***"Declaração de Amsterdã"***, estabeleceu que

"as mulheres estão no centro do processo de desenvolvimento e o melhoramento de seu status e a extensão em que elas são livres para tomarem decisões que afetem suas vidas e as de suas famílias será crucial na determinação das taxas de crescimento populacionais futuras".

Ademais, as decisões reprodutivas feitas pelos indivíduos e pelas sociedades envolvem julgamentos morais e valores éticos. Os parâmetros dentro dos quais estas decisões são tomadas estão sendo crescentemente desafiadas pelas novas tecnologias assim como pelas mudanças sócio-econômicas. Daqui se origina a necessidade de uma maior exploração por parte de indivíduos e associações, sejam estas religiosas, sociais, políticas ou científicas, das dimensões morais e éticas da reprodução. O recente aparecimento da Bioética, em que os temas reprodutivos desempenham um papel considerável, é uma

resposta à necessidade da reflexão ética nestas áreas. A diversidade de pontos de vista e a intensidade crescente das discussões públicas em temas reprodutivos colocam em evidência a necessidade de um maior respeito pelo pluralismo. Embora o debate público seja caracterizado pelo conflito de considerações religiosas e morais, a legislação em matérias reprodutivas mostra-se crescentemente secularizada. Os contraceptivos agora são legalmente disponíveis em quase todo lugar e os governos estão dando aprovação legislativa aos modernos métodos de "*procriação assistida*", com restrições variáveis. Mais ainda, há uma tendência da legislação no sentido de liberalizar as indicações para o aborto, embora restringindo-o ao início da gravidez. Exemplos proeminentes são um número de países europeus com fortes tradições católicas, tais como a Bélgica, a Itália e a Espanha, que recentemente legalizaram o aborto. Trazer a perspectiva ética à discussão sobre comportamento reprodutivo e a preocupação populacional enriqueceu o debate, mas também aumentou a sua complexidade.

OS PROGRAMAS ANTERIORES DA FUNDAÇÃO FORD

Conforme notado anteriormente, a Fundação Ford desempenhou um papel de liderança na promoção da pesquisa, da discussão política e da oferta de serviços desde que os temas populacionais vieram pela primeira vez ao debate público no final dos anos 50. Inicialmente os principais temas do trabalho da Fundação foram:

- A. A pesquisa e o treinamento em Ciências Sociais relativas aos temas populacionais, particularmente a demografia e, mais tarde, a administração e as comunicações dos programas de planejamento familiar;
- B. A pesquisa em ciências reprodutivas, o desenvolvimento e segurança de contraceptivos, e a construção da capacidade de pesquisa em países em desenvolvimento;
- C. O financiamento de programas de planejamento familiar em países em desenvolvimento.

Desde 1952 até o início dos anos 80, a Fundação disponibilizou U\$ 260 milhões para estas atividades. Após vinte e cinco anos de experiência, a Fundação viu a necessidade de uma abordagem mais abrangente para as questões populacionais. Incentivada por uma revisão em meados da década de 80 e por uma renovação da preocupação nacional para com temas relacionados com população e saúde reprodutiva, a Fundação desenvolveu uma nova política de população e saúde reprodutiva para os anos 90.

O DESAFIO ATUAL

Em resposta a este desafio, a Fundação pode combinar sua longa experiência no campo populacional, seu compromisso no melhoramento das vidas das mulheres desfavorecidas e a experiência de sua equipe em ciências sociais. A Fundação espera demonstrar que é possível estar

preocupado simultaneamente com o crescimento populacional, com os direitos das mulheres e com a equidade. Isto, porém, exigirá uma nova conceitualização da saúde reprodutiva em seu contexto sócio-cultural e, em seguida, demonstrar que programas fundamentados neste novo pensamento são viáveis. Embora a Fundação esteja convencida que o modo melhor e o mais efetivo de abordar as questões populacionais seja através do foco sobre as mulheres, ela também está consciente de que as mulheres não podem ser vistas como um meio de alcançar um fim, mas como indivíduos cujos direitos e decisões reprodutivas devem ser respeitados em seu próprio direito.

Até o momento, o planejamento familiar e outros serviços de saúde reprodutiva têm estado em sua maior parte sob a responsabilidade da profissão médica, que frequentemente aborda a redução da fertilidade como uma questão de obediência a recomendações médicas: as mulheres devem seguir as ordens dos médicos. Mas as mulheres deveriam ser encorajadas a compartilhar suas próprias experiências, reconhecer problemas comuns, e desenvolver confiança em sua habilidade individual e coletiva para mudar suas condições de saúde. Implementar a saúde reprodutiva também requer atenção para a qualidade dos serviços oferecidos. A maioria dos programas de saúde nos países em desenvolvimento não considera adequadamente as preocupações das mulheres, e há poucas oportunidades para que as mulheres contribuam para o desenvolvimento de tais programas. Fatores sócio-culturais, incluindo o status das mulheres na sociedade e a interação cliente-provedor, desempenham um papel pelo menos tão importante quanto a tecnologia e a capacidade clínica no sucesso dos programas de saúde reprodutiva. Apesar disso muitos governos falharam ao desconsiderarem estes fatores, em parte porque não era claro como poderiam ser desenvolvidos programas abrangentes com orientação na mulher. Como consequência, há poucos modelos de políticas nacionais de saúde reprodutiva que tenham uma preocupação pela equidade e pelos direitos da mulher.

A Fundação Ford propõe uma abordagem que irá focar os fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam a saúde reprodutiva tal como definida anteriormente. A programação da Fundação pretende trazer a perspectiva das ciências sociais para administrar questões que tem sido até o momento em grande parte o domínio da profissão médica. Ela se focalizará nas mulheres e dará atenção especial às necessidades das mulheres através de seu ciclo de vida reprodutiva. Incluirá projetos direcionados às necessidades específicas dos adolescentes, tanto mulheres como homens; e irá promover a discussão e a educação sobre a sexualidade humana, a qual, embora fundamental a todos os aspectos da saúde reprodutiva, permanece largamente ignorada. Esta abordagem não pode omitir-se em reconhecer a necessidade de promover o aborto seguro.

A colocação das mulheres desfavorecidas no centro dos programas de saúde reprodutiva requer um compromisso em entender as mulheres e suas vidas. Isto somente poderá ser conseguido através do envolvimento das próprias mulheres na avaliação dos programas e através da pesquisa cuidadosa das ciências sociais. Um entendimento dos aspectos sociais que afetam a saúde reprodutiva depende em parte de um número de disciplinas da ciência social, particularmente a antropologia, a sociologia e a economia. Estas sub-disciplinas tendem a seguir duas orientações. A primeira pode ser encontrada principalmente nos departamentos de ciências sociais das principais universidades, possui uma orientação teórica e raramente está vinculada a problemas definidos medicamente. Sua principal deficiência é sua orientação puramente sociológica, enfatizando as disciplinas teóricas e carecendo de implicação para a ação. A segunda orientação é mais aplicada à profissão médica. Os cientistas sociais que estão vinculados a escolas de medicina ou de saúde pública frequentemente abraçam esta abordagem. Infelizmente, estes cientistas sociais tendem a trabalhar como uma capacidade auxiliar em vez de parceiros na pesquisa. Acrescentam uma perspectiva de ciência social a problemas medicamente

definidos, como a descontinuidade do uso de contraceptivos, diarreia, infecções respiratórias, ou mortalidade materna. Este tipo de informação é útil para gestores de programas de saúde mas raramente geram uma visão nova no relacionamento entre o modo como as mulheres e as crianças vivem e sua saúde, particularmente porque os cientistas sociais que trabalham nas instituições médicas normalmente tem um baixo nível de interação com seus colegas que trabalham nas demais instituições de ciência social.

Faz-se necessário um novo tipo de interesse das ciências sociais na área da saúde que combine a força tanto da orientação teórica como da aplicada. Cremos ter chegado agora o momento em que a Fundação Ford reoriente sua programação em uma abordagem holística para os direitos e a saúde reprodutiva, à medida que muitos governos e organizações em todo o mundo começam a questionar as abordagens passadas e buscam novas maneiras de alcançar programas populacionais e de saúde mais efetivos e mais justos.

A Fundação Ford tradicionalmente tem trabalhado com comunidades e povos desfavorecidos no desenvolvimento de um entendimento e de soluções de seus problemas dentro de uma perspectiva societária em vez de técnica. A experiência da Fundação com fazendeiros e sistemas de irrigação de pequeno porte pode ilustrar as vantagens de trazer a perspectiva das ciências sociais em algo que havia sido até então amplamente considerado como uma área puramente técnica. Os especialistas em irrigação tendiam a considerar os fazendeiros como um elemento desagregador na administração técnica dos sistemas de irrigação e buscavam modos de evitar ou de controlar o seu comportamento. Os cientistas sociais, em vez disso, consideravam os fazendeiros como um recurso importante para o desenvolvimento e a administração da irrigação e buscaram maneiras de implementar seus papéis. Nos últimos quinze anos a perspectiva da ciência social gradualmente adquiriu proeminência nos programas nacionais de um número substancial de países da Ásia e nas políticas de irrigação dos principais financiadores. A participação dos fazendeiros no projeto e na construção de sistemas de irrigação, outrora uma heresia entre engenheiros, tornou-se hoje um lugar comum. O reconhecimento que as organizações de fazendeiros pode administrar inteiros sistemas de irrigação tornou-se amplamente disseminado e um número de países iniciaram programas nacionais para transferir a administração dos sistemas governamentais de irrigação para os fazendeiros. O financiamento da Fundação Ford desempenhou um papel crítico no desenvolvimento e na manutenção destas idéias a tal ponto que estas se tornaram parte da "*sabedoria recebida*". Uma transformação similar é necessária no campo da saúde reprodutiva.

A habilidade da Fundação Ford em trabalhar em temas delicados onde outros doadores podem ser incapazes ou não querer financiar é de particular importância. Questões relativas à sexualidade humana, fertilidade, e o papel das mulheres na sociedade envolve temas que são freqüentemente evitados. Entre os financiadores preocupados com saúde reprodutiva e questões populacionais, a Fundação é uma das poucas com uma extensa programação em outras áreas que influenciam a saúde reprodutiva. A tradição da Fundação em trabalhar com as instituições acadêmicas de ciência social e com organizações de mulheres e suas redes pode formar a base para muito de seu trabalho com saúde reprodutiva.

O propósito geral do programa da Fundação Ford na saúde reprodutiva é o de implementar a capacidade dos países em desenvolvimento para desenvolver soluções para seus problemas de saúde reprodutiva e população. As atividades se focarão nos fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam a saúde reprodutiva e as tendências populacionais, concentrando-se nos problemas das

mulheres desfavorecidas tanto das áreas urbanas como rurais. Propomos três objetivos específicos para o trabalho da Fundação em saúde reprodutiva são:

- A. Desenvolver um esquema conceitual abrangente socioeconômico, legal e biomédico para a saúde reprodutiva intensificando a pesquisa em ciência social e sua utilização na formulação de políticas e no projeto de serviços.
- B. Empoderar as mulheres para melhor entender, articular e atuar suas próprias necessidades de saúde reprodutiva nos níveis familiar, comunitário e político.
- C. Promover o debate público e promover a consciência pública sobre saúde reprodutiva e temas populacionais, incluindo o desenvolvimento de esquemas conceituais éticos e legais em diferentes sociedades, com a finalidade de implementar políticas e serviços.

Para alcançar os objetivos listados acima, a Fundação propõe as estratégias discutidas nos capítulos seguintes. Assim como os objetivos, as estratégias são complementares e inter-relacionadas.

ESTRATÉGIAS

As seguintes estratégias foram desenvolvidas para cobrir um período de dez anos, com o financiamento por parte da Fundação Ford estimado em U\$ 12,5 milhões por ano. A maioria do financiamento será utilizada em resposta direta às necessidades dos países em desenvolvimento; mais de dois terços serão alocados para o desenvolvimento da pesquisa em ciências sociais sobre saúde reprodutiva e para habilitar as mulheres a obter uma voz mais forte em matéria de saúde reprodutiva. Cerca de 10% do montante será utilizado em doações para ajudar a desenvolver esquemas conceituais éticos e legais para implementar a saúde reprodutiva.

Pesquisa em ciências sociais

Com o objetivo de desenvolver um esquema conceitual mais compreensivo para administrar as necessidades de saúde reprodutiva dos países em desenvolvimento, a Fundação Ford propõe fortalecer a capacidade das ciências sociais na abordagem destes problemas de tal maneira que os cientistas sociais possam colaborar em termos de igualdade com as profissões biomédicas.

Propomos que a Fundação financie o desenvolvimento de cerca de uma dúzia de pesquisas multidisciplinares e locais de treinamento em ciências sociais e saúde, com um foco especial em saúde reprodutiva. Estes locais de pesquisa e treinamento serão organizados em dependências institucionais já existentes e irão constituir-se em pontos focais para grupos de cientistas sociais representando diversas disciplinas que trabalharão em conjunto para propósitos de pesquisa e treinamento. Tais grupos poderão localizar-se dentro de um único instituto de pesquisa ou universidade, ou poderão constituir-se de indivíduos de diversas instituições trabalhando sob a coordenação de um mecanismo administrativo.

Os locais de pesquisa e treinamento a ser desenvolvidos com o financiamento da Fundação serão localizados em países em desenvolvimento e deverão ter, ou planejar ter, uma forte representação de disciplinas de ciências sociais tais como antropologia, sociologia e economia da saúde. Deverão ser parte de, ou ter fortes vínculos com uma ou mais instituições de ciências sociais, e deverão possuir um bom relacionamento de trabalho com uma escola local de medicina ou de saúde pública. Alguns poderão estar sediados dentro de universidades, mas institutos de pesquisa governamentais ou não governamentais também poderão ser escolhidos para fins de financiamento.

O objetivo será ter, em dez anos, três ou quatro fortes locais de pesquisa e treinamento respectivamente na África, Ásia e América Latina. Estas instituições e seus pesquisadores deveriam trabalhar em parceria com instituições biomédicas em implementação da saúde reprodutiva. Deverão também promover um conceito mais amplo de pesquisa no qual a busca de informação e de conhecimento faça parte do processo de empoderamento das mulheres. Deverão envolver organizações locais e associações de mulheres na implementação de serviços; incluir agentes políticos e provedores de serviços nos programas de pesquisa e treinamento; e, fornecendo dados e participando nos debates públicos, modelar programas e políticas para implementar a saúde reprodutiva e um maior reconhecimento dos direitos reprodutivos.

A pesquisa é um componente de todas as estratégias no novo programa da Fundação em saúde reprodutiva. Por exemplo, todo trabalho de pressão, tanto no nível comunitário como no nacional, deverá ser baseado em um entendimento completo do contexto cultural, social, econômico e legal da saúde reprodutiva.

É importante notar que dois tipos diversos de pesquisa podem ser financiados dentro desta estratégia. O primeiro, a pesquisa aplicada, está ligado a necessidades programáticas práticas e já é parte de muitos projetos financiados pela Fundação. A pesquisa aplicada responde a perguntas tais como: O que as mulheres pensam dos serviços disponíveis e por que elas os usam ou não os usam? Como o status legal do aborto é interpretado pelas mulheres e seus provedores de saúde? Já que tais pesquisas relevantes para os projetos podem requerer a ação conjunta entre organizações e instituições acadêmicas, as doações deverão ser estruturadas para encorajar tais relações de trabalho. Quando se pretende que os resultados das pesquisas moldem a política, a Fundação deverá assegurar que os agentes políticos estejam envolvidos nas pesquisas desde o seu início.

A segunda perspectiva de pesquisa aborda temas muito mais gerais, questionando perspectivas comumente aceitas sobre saúde reprodutiva e gerando novas hipóteses. Os seguintes são exemplos dos tipos de questões que podem ser levantadas nesta abordagem: Quem são os desfavorecidos em uma dada sociedade e como seu modo de vida afeta sua saúde reprodutiva? Por que as mulheres egípcias não usam contraceptivos mesmo quando dizem que não querem ter mais filhos? Mesmo que este tipo de pesquisa possa não estar associada a projetos de ações específicas, deve-se tomar o cuidado de vincular tais projetos a programas de ação, a agentes políticos e grupos de pressão para poder aumentar o impacto dos resultados das pesquisas.

Trazendo tanto a ciência social teórica e aplicada para cada discussão da saúde das mulheres e das crianças, o programa de saúde reprodutiva da Fundação Ford apresenta uma oportunidade única para reconceitualizar a saúde e a doença não apenas como estados biológicos, mas como processos

relacionados ao modo como as pessoas vivem. Esta reconceitualização está por trás de todas as demais estratégias descritas a seguir.

O empoderamento das mulheres

Para fazer frente a este objetivo, três estratégias são propostas: (1) o financiamento de atividades a nível comunitário envolvendo direitos e saúde reprodutiva, (2) o desenvolvimento de modelos de cuidados de saúde reprodutiva centrados nas mulheres e (3) o financiamento da educação para a saúde e os direitos reprodutivos. Estas estratégias buscarão empoderar as mulheres, as organizações das mulheres e suas comunidades para entender melhor e participar mais ativamente na promoção e nos cuidados de sua saúde reprodutiva. Dois objetivos essenciais são, em primeiro lugar, capacitar as mulheres para participar como parceiras em condições de igualdade com os homens nos processos de tomada de decisões, tanto dentro de suas famílias como em suas comunidades e, em segundo lugar, buscar maneiras de derrubar as barreiras para a implementação da saúde reprodutiva, tanto através de melhor serviços de saúde como através da mudanças dos fatores culturais, sociais e econômicos. A terceira estratégia de empoderamento das mulheres para que estas possam atuar sobre suas necessidades de saúde reprodutiva consiste no financiamento de atividades educacionais que capacitem as mulheres a realizar escolhas informadas e encorajá-las a levantar questões importantes para as mesmas junto a seus provedores de saúde e em suas comunidades.

Política, ética e legislação

Duas estratégias são propostas para fazer frente a este objetivo: (1) o financiamento para a promoção de debates para um público informado e (2) a disseminação de informação para definir áreas de consenso sobre políticas e práticas de saúde reprodutiva, elevar a consciência pública e contribuir para mudanças na política.

O conhecimento e o entendimento das complexidades dos temas relacionados com a saúde reprodutiva e sua interação com valores individuais e sociais requer uma discussão respeitosa e informada em todos os níveis da sociedade. Tal discussão pode trazer uma importante contribuição para a regulamentação e a legislação que são baseadas no consenso mais amplo possível e que respeite diferentes visões onde não exista tal consenso.

Porque os pontos de vista das mulheres sobre serviços de saúde têm estado ausentes dos debates políticos e nas decisões sobre o projeto e o conteúdo dos serviços, a Fundação Ford dará especial atenção aos programas que reforçarão a habilidade das mulheres para participar em discussões em suas próprias comunidades e em todos os níveis do debate público. Um exemplo do trabalho que já está sendo feito nesta área é a colaboração entre a Fundação e o Instituto de Estudos Sociais e Ação nas Filipinas. O instituto monitora temas legais e políticos relacionados com a saúde reprodutiva das mulheres e informa os grupos de mulheres a este respeito. O instituto também patrocina encontros que reúnem grupos de mulheres, legisladores e agentes da política governamental para discutir tais temas.

Os valores éticos e legais são componentes básicos em qualquer debate sobre saúde reprodutiva, e a participação de especialistas nestas matérias é essencial para uma discussão respeitosa e

propriamente informada em qualquer sociedade. Seminários, workshops e conferências que reúnam participantes de áreas diferentes são outros campos de possíveis financiamentos da Fundação Ford. No Simpósio Tietze de 1988, organizado pela International Women's Health Coalition no Rio de Janeiro e parcialmente financiado pela Fundação, líderes feministas, eticistas, médicos, sociólogos e advogados reuniram-se para uma discussão abrangente sobre o aborto. A Fundação também financiou a participação do povo de países em desenvolvimento em um simpósio na Universidade de Iowa sobre aspectos médicos, éticos e legais relacionados com o princípio da vida humana. O encontro foi assistido por médicos, advogados, cientistas sociais, teólogos e eticistas.

Muitos aspectos tanto das leis costumeiras como estatutárias, variando da idade legal para o casamento às penalidades criminais para o aborto, tem relação direta com a saúde reprodutiva das mulheres. O reconhecimento e o respeito por estes direitos é um objetivo de longo prazo para o trabalho proposto pela Fundação em saúde reprodutiva. Sua realização requer uma melhor documentação das conseqüências para a vida das mulheres de tais práticas e leis, como tem sido feito com os resultados das gestações muito precoces e muito freqüentes e dos abortos infectados. Uma documentação sólida, elevando a consciência e promovendo a discussão entre participantes chaves, pode estabelecer os fundamentos para mudanças nas leis e nas práticas.

Outras doações podem financiar a pesquisa legal para desenvolver um esquema conceitual para a saúde reprodutiva com base em leis e normas nacionais e internacionais; o desenvolvimento do currículo de uma escola legal para informar os estudantes sobre os direitos reprodutivos e as conseqüências na saúde das leis correntes; e a colaboração entre as agências de planejamento familiar e os advogados legais.

A reunião e a disseminação de informação sobre certos problemas de saúde reprodutiva e sua relação com a lei corrente é necessária para elevar a consciência, influenciar a opinião pública e finalmente modificar a políticas e a legislação nacional.

Os estudos sobre a prevalência dos abortos ilegais e inseguros em um determinado país e sobre as demandas que exigem dos serviços de saúde do país irá fornecer a informação específica do país essencial para um debate informado e o subseqüente desenvolvimento de reformas legais e de saúde. Estes dados deverão constituir-se no pano de fundo contra os quais deverão ser discutidos os valores morais envolvidos. A disseminação destas pesquisas políticas para grupos chaves de advogados, organizações de mulheres, líderes religiosos e agentes políticos, assim como profissionais de saúde, é essencial para um melhor debate público informado.

COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES

A magnitude dos objetivos propostos irá requerer também a vinculação dos esforços da Fundação Ford com os de outros financiadores. Tanto as fundações privadas como as agências internacionais tem mostrado um crescente interesse no financiamento de atividades que incluam os aspectos sociais da saúde reprodutiva, e muitas estão explorando os meios de financiar abordagens mais abrangentes e centradas na mulher para estes temas. Estão sendo realizadas discussões com diversas fundações e agências internacionais. De modo especial, estão sendo buscadas parcerias para fortalecer o trabalho das ciências sociais em saúde reprodutiva.

Cada cinco anos a Fundação irá patrocinar uma revisão de seus esforços em saúde reprodutiva. A primeira avaliação quinquenal irá focalizar no progresso e nas realizações alcançadas. A segunda avaliação irá incluir uma reapreciação geral dos objetivos e das estratégias à luz dos resultados e das mudanças de circunstâncias. Além dos objetivos gerais do programa, os avaliadores deverão ter em mente que alguns objetivos específicos do programa são:

- A. Reconceitualizar a saúde reprodutiva em uma perspectiva holística em que tanto os fatores sociais e biomédicos sejam reconhecidos;
- B. Desenvolver a pesquisa multidisciplinar em ciência social e centros de treinamento capazes de trabalhar em parceria com profissionais da medicina no campo da saúde reprodutiva;
- C. Mudar a atmosfera em que a saúde reprodutiva e as questões populacionais são discutidas e em que são tomadas as decisões políticas;
- D. Obter um efeito positivo no status das mulheres, nos indicadores de saúde da saúde reprodutiva e nos índices demográficos.